

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Centros de Governo em perspectiva comparada: uma revisão de escopo da literatura internacional

Evelyn Apolinaria, Arnaldo Mauerberg Junior

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e013>

Submetido em: 2025-12-11

Postado em: 2025-12-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Adriano Codato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>)

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e013>

Centros de Governo em perspectiva comparada: uma revisão de escopo da literatura internacional

Centers of Government in Comparative Perspective: A Scoping Review of the International Literature

Evelyn Apolinaria

Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: apolinariaevelyn@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8553-5079>

Arnaldo Mauerberg Junior

Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: arnaldo.mauerberg@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1574-3424>

RESUMO

Introdução: A literatura sobre Centros de Governo (CdG) consolidou-se em torno de dois referenciais: o Core Executive, no parlamentarismo britânico, e a Presidência Institucional, no presidencialismo norte-americano. Essa dominância anglófona deixa lacunas na compreensão de arranjos executivos em regimes presidencialistas da América Latina. Este artigo realiza uma revisão de escopo da produção acadêmica sobre CdG, buscando mapear abordagens teóricas, tendências empíricas e desafios conceituais. **Materiais e métodos:** Seguiu-se o protocolo PRISMA-ScR, com buscas nas bases Web of Science e SciELO, sem restrição temporal. As combinações de descritores em português e inglês permitiram identificar 840 registros iniciais; após triagem e exclusões, 38 estudos atenderam aos critérios de inclusão. As publicações foram classificadas segundo sistema político, nível de análise e tipo de contribuição (conceitual, normativa ou empírica). **Resultados:** A literatura europeia e norte-americana concentra-se na estrutura e nas funções do gabinete do chefe de governo, enquanto a produção latino-americana mais recente enfatiza coalizões multipartidárias, capacidade coordenativa e ideologia presidencial. Estudos regionais apontam que a expansão dos CdGs está associada à fragmentação partidária e à busca por controle político no Executivo. **Discussão:** Os achados indicam um campo teórico em consolidação, com assimetria regional e terminológica e carência de modelos comparativos integrados. Avançar na mensuração das capacidades de coordenação e combinar abordagens estruturais e funcionais são passos necessários para compreender o papel do CdG na governança e na estabilidade democrática.

Palavras-chave: centro de governo; *core executive*; presidência institucional; governança executiva; revisão de escopo.

ABSTRACT

Introduction: The literature on Centers of Government (CoG) has largely evolved around two main frameworks: the *Core Executive* in the British parliamentary system and the *Institutional Presidency* in the U.S. presidential system. This Anglophone dominance has left important gaps in understanding executive governance within Latin American presidential regimes. This article presents a scoping review of academic research on CoG, aiming to map theoretical approaches, empirical trends, and conceptual challenges in the field. **Materials and methods:** The review followed the PRISMA-ScR protocol. Searches were conducted in the Web of Science and SciELO databases without temporal restrictions, using combinations of Portuguese and English keywords. The search identified 840 records, of which 38 met the inclusion criteria after screening and exclusions. The selected publications were categorized by political system, level of analysis, and type of contribution (conceptual, normative, or empirical). **Results:** European and North American scholarship primarily focuses on the organizational structure and functional roles of the head of government's office, whereas more recent Latin American research places greater emphasis on multiparty coalitions, coordination capacity, and presidential ideology. Evidence from regional studies suggests that the expansion of CoGs is associated with increasing party fragmentation and efforts to consolidate political control within the executive branch. **Discussion:** The findings indicate that this theoretical field remains in a formative stage, characterized by regional and terminological asymmetries and a lack of integrated comparative models. Advancing the measurement of coordination capacities and integrating structural and functional approaches are essential steps toward a more comprehensive understanding of the role of CoGs in governance and democratic stability.

Keywords: center of government; core executive; institutional presidency; executive governance; scoping review.

I. Introdução¹

Como os chefes de governo organizam o núcleo do Poder Executivo para garantir a coordenação política e a entrega de políticas públicas? Essa pergunta mobiliza pesquisadores e organismos internacionais interessados em compreender o funcionamento do Centro de Governo (CdG), entendido como o conjunto de unidades que apoiam presidentes ou primeiros-ministros na definição de prioridades, coordenação interministerial e articulação com o Legislativo.

O conceito ganhou relevância após a consolidação de estruturas de coordenação no pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação de unidades diretamente ligadas ao chefe do Executivo em países como Austrália, Reino Unido e Estados Unidos. Desde então, a literatura tem

¹ Agradecemos aos pareceristas pelas valiosas contribuições à versão final deste artigo e aos editores pela destreza em conduzir o processo de avaliação de maneira tranquila.

mostrado que a organização do CdG é decisiva para o processo decisório e para a estabilidade democrática (Guedes-Neto, 2021; Fawcett & Gay, 2005; Relyea, 2008).

A produção acadêmica sobre o tema apresenta duas abordagens principais: o Core Executive, de origem britânica, focado nas relações de poder entre o primeiro-ministro e gabinete, e a Presidência Institucional, nos Estados Unidos, que analisa a institucionalização do secretariado em torno do presidente. No entanto, a dominância anglo-americana limita a compreensão sobre regimes presidencialistas, como os latino-americanos, em que coalizões multipartidárias e capacidades institucionais moldam arranjos distintos.

Este artigo realiza uma revisão sistemática da literatura sobre Centros de Governo com base no protocolo PRISMA, buscando mapear contribuições acadêmicas em contextos europeu, americano e latino-americano, com o objetivo de sintetizar os principais eixos teóricos e empíricos. A principal contribuição do trabalho é apresentar um mapeamento das abordagens teóricas e empíricas já consolidadas, bem como identificar agendas e desafios para pesquisas futuras sobre a governança do Poder Executivo.

Os objetivos específicos deste trabalho são: (i) mapear a produção científica global e regional sobre CdG; (ii) sistematizar os principais eixos temáticos abordados; e (iii) identificar tendências para o avanço da agenda de pesquisa. Dessa forma, podemos compreender como a literatura sobre Centros de Governo se estruturou em diferentes contextos institucionais e quais variáveis têm sido priorizadas pelas pesquisas empíricas. Para isso, analisamos as produções em três dimensões: (i) recorte temporal; (ii) distribuição regional; e (iii) abordagem metodológica (conceitual, empírica, normativa).

A estrutura do artigo compreende, inicialmente, uma revisão teórica dos principais conceitos associados ao Centro de Governo. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada para a revisão sistemática, os critérios de inclusão e as bases de dados utilizadas. Os resultados são organizados por contextos geográficos (Europa, América do Norte e América Latina) e, por fim, são discutidos os achados e propostas novas direções para o avanço teórico e empírico sobre o tema.

II. Centro de Governo, Core Executive e Presidência Institucional

O termo Centro de Governo (CdG) é utilizado para designar estruturas centrais de coordenação do Executivo, responsáveis por funções como articulação política, monitoramento de políticas prioritárias, coordenação interministerial e gestão da agenda governamental.

Apesar da aparente convergência terminológica, os modelos teóricos que sustentam o estudo dos CdGs são diversos e refletem as especificidades dos contextos institucionais em que foram desenvolvidos.

A literatura acadêmica sobre o CdG tem suas principais referências nos contextos da Europa, especificamente no Reino Unido, e dos Estados Unidos da América. No Reino Unido, país com sistema parlamentarista, a noção de Core Executive foi desenvolvida por Dunleavy e Rhodes (1990) para compreender como o primeiro-ministro, seu gabinete e estruturas adjacentes coordenam as decisões governamentais. O foco está nas relações de poder, confiança e na divisão de responsabilidades entre os atores do governo.

Nos Estados Unidos, o modelo de análise mais difundido é o da Presidência Institucional, cuja origem remonta ao trabalho de Neustadt (1960). O autor analisa como o poder do presidente depende de sua capacidade de persuadir a burocracia. Esse modelo incorpora uma perspectiva comportamentalista do poder presidencial. Posteriormente, Moe (1985) aprofunda essa abordagem sob uma ótica neoinstitucionalista, introduzindo o próprio conceito de "Presidência Institucional", no qual o funcionamento do CdG resulta de um equilíbrio entre centralização (concentração de poder nas estruturas próximas ao presidente) e politização (alinhamento com a coalizão governista e preferências partidárias).

Nos últimos anos, as terminologias têm se tornado um objeto de pesquisa acadêmica de destaque, especialmente na América Latina, em que a literatura ainda progride em teoria e conhecimento empírico. Boa parte dos estudos é descritiva e essa fase é necessária para desenvolver a própria base conceitual do objeto (Bonvecchi e Scartascini, 2011; Cavalcante, 2018). Grande parte dos autores define, à sua maneira, que o Centro de Governo é uma unidade de coordenação e de tomada de decisões interna ao governo que busca fortalecer o poder presidencial ou do primeiro-ministro.

Embora distintos, os dois modelos compartilham preocupações analíticas — estrutura do gabinete, funções decisórias e impacto institucional. O Quadro 1 resume as diferenças em cinco dimensões (metodologia, hipóteses, unidade analítica, contexto e revistas de referência).

Quadro 1 - Principais características das correntes teóricas

Correntes teóricas	<i>Core Executive</i>	Presidência Institucional
Procedimentos metodológicos comuns	Mensuração do tamanho do gabinete do primeiro-ministro. As abordagens podem ser estruturais ou funcionais.	Mensuração do tamanho do gabinete presidencial e variações entre governos. As abordagens podem ser estruturais ou funcionais.

Principais hipóteses	Nível de confiança no governo afeta o compartilhamento de responsabilidades entre os membros do CdG	influência do tamanho da coalizão, ou apoio legislativo, ou formação de agenda, no grau de centralização ou descentralização no CdG.
Unidade analítica	Primeiro-ministro e gabinete	Presidente e gabinete
Contexto	Parlamentarista	Presidencialista
Revista de referência	<i>Public Administration</i>	<i>Presidential Studies Quarterly</i>

Fonte: elaborado pelos autores.

O Quadro 1 compara Core Executive e Presidência Institucional em cinco dimensões. O primeiro reflete o parlamentarismo britânico, baseado na confiança parlamentar e no compartilhamento de responsabilidades; o segundo, o presidencialismo norte-americano, marcado por maior controle burocrático devido à rígida separação de poderes.

Metodologicamente, ambos utilizam mensurações do tamanho do gabinete, mas divergem em suas hipóteses explicativas. No Core Executive, o foco está no nível de confiança e no compartilhamento funcional entre os atores centrais. Já a Presidência Institucional relaciona a estrutura do CdG com fatores como o tamanho da coalizão, o grau de apoio legislativo e a concentração de poder decisório no entorno presidencial. A unidade de análise também varia: primeiro-ministro e gabinete no parlamentarismo; presidente e órgãos centrais no presidencialismo. Essa distinção não é absoluta e há sobreposições, sobretudo em regimes híbridos ou fragmentados como os latino-americanos.

A distinção entre Core Executive e Presidência Institucional não é meramente conceitual, mas afeta diretamente a forma como se estuda a governança executiva em diferentes sistemas políticos. Aplicar categorias do parlamentarismo britânico ao presidencialismo latino-americano sem as devidas adaptações pode resultar em análises enviesadas ou pouco sensíveis às especificidades institucionais. Por isso, é importante reconhecer os limites analíticos de cada modelo e, ao mesmo tempo, buscar pontos de convergência que permitam o desenvolvimento de uma tipologia mais ampla de Centros de Governo.

Apesar das diferenças, ambas compartilham a preocupação com a capacidade do Executivo de formular, coordenar e implementar políticas. Na América Latina, a literatura recente adapta essas categorias aos presidencialismos multipartidários, como no Brasil e na Argentina, o que ajuda a consolidar uma base teórica própria.

III. Processo metodológico de seleção e análise dos trabalhos mapeados

Para alcançar os objetivos deste trabalho, adotamos o modelo *PRISMA* como protocolo do rigor metodológico desta revisão sistemática, amplamente reconhecido por sua capacidade de garantir transparência e reprodutibilidade em revisões sistemáticas. Embora originalmente concebido para as ciências da saúde, o protocolo tem sido aplicado em pesquisas nas ciências sociais. O processo envolveu quatro etapas: identificação das fontes e da estratégia de busca; aplicação dos critérios de elegibilidade; triagem e seleção dos estudos; e extração qualitativa das informações analíticas relevantes.

Buscou-se identificar trabalhos voltados para a definição, estrutura, funcionamento ou função dos Centros de Governo (CdG), tanto em contextos parlamentaristas quanto presidencialistas, nas bases de dados da *Web of Science* e do Scielo. A escolha dos repositórios se deu com base nos seguintes critérios: no caso da *Web of Science*, trata-se do maior banco de dados de produções científicas do mundo, com vistas a atender o objetivo no contexto global. Já o banco de dados da Scielo, trata-se do mais relevante banco de produções em contexto regional latino-americano, assim, busca-se atender ao objetivo a nível regional.

Tendo em vista a diversidade terminológica que conceitua o mesmo objeto, optamos por adotar uma estratégia de busca combinada com palavras-chave em inglês e português, a fim de capturar essa diversidade: “*Centre of Government*”, “*Core Executive*”, “*Prime-Minister Power*”, “*High Government*”, “*Institutional Presidency*”, “*Presidential Center*”, “*Executive Governance*”, “*Office of the president*”, “*Presidential Office*”, “*Presidential Power*”, “Centro de Governo”, “Centro Presidencial”, “Presidência Institucional” e “Gabinete do Presidente”. Não foi imposta restrição temporal, visando captar a evolução teórica e empírica sobre o tema ao longo do tempo.

IV. Resultados encontrados

Após realizar a busca sistemática nas bases de dados supracitadas, foram encontrados 840 trabalhos entre livros, artigos e apresentações em eventos, sendo 52 trabalhos na base de dados da Scielo e 788 na base da *Web of Science*. Prosseguiu-se à leitura do título e resumo e, no caso da ausência de resumo, buscamos os textos originais dos trabalhos para breve leitura e entendimento sobre o objeto em questão. Com isso, excluímos aqueles trabalhos que não se adequaram ao nosso propósito e restaram 93 trabalhos ao todo, sendo 1 repetido entre ambas as bases, e 91 para proceder à exclusão das duplicidades geradas por diferentes palavras-chave.

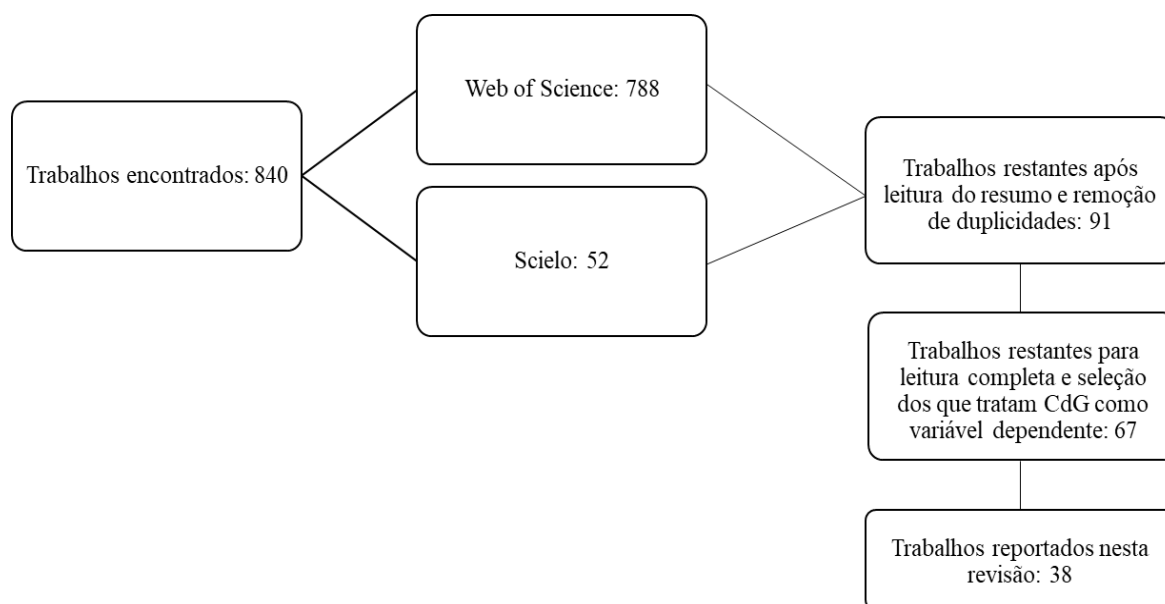
Por fim, restaram 81 trabalhos. Os trabalhos compreendem desde aqueles seminais para o campo de estudos do Poder Executivo até 2024: 61 artigos acadêmicos, 15 livros, 3 capítulos de livro, 3 apresentações em congresso.

Por fim, seguiu-se uma leitura individualizada dos artigos e procedeu-se à exclusão daqueles cujo objetivo era explicar o papel do presidente ou de órgãos do Poder Executivo em diversos processos políticos, mas não do Centro de Governo. Restaram ao final 67 trabalhos acadêmicos ao todo: 14 livros, 3 capítulos de livros, 2 apresentações em congresso e 48 artigos acadêmicos publicados em periódicos. Mantivemos os livros, capítulos e apresentação porque, apesar de não serem submetidos à revisão por pares, trazem importantes considerações teóricas sobre o Centro de Governo que podem contribuir com o avanço da conceituação desse conjunto de unidades.

Para fins de sistematização e discussão, reportamos com maior detalhamento os 38 estudos de maior rigor metodológico e aderência temática, especialmente aqueles publicados em periódicos de alto impacto (Qualis A1 e A2) e que tenham buscado contribuir com a construção teórica do objeto, e não tratá-lo como variável independente. A escolha do Qualis CAPES como critério de exclusão se deve ao interesse em localizar artigos inseridos no contexto regional latino-americano. O uso de indicadores estrangeiros poderia comprometer essa etapa de seleção do recorte regional. No caso específico da revista *Presidential Studies Quarterly*, embora não esteja classificada na plataforma da CAPES, seu índice CiteScore da Scopus é 2.3, o que a deixaria classificada em nível A2. Essa revista, além do impacto representado pelo índice, por ser especializada em estudos sobre o Presidencialismo, é muito relevante para os estudos sobre o Centro de Governo.

O fluxo abaixo demonstra o processo de escolha dos trabalhos para este artigo.

Diagrama 1 - Fluxo do processo de escolha dos estudos da revisão sistemática



Fonte: elaborado pelos autores.

Na leitura integral dos estudos, identificamos qualitativamente atributos analíticos que orientaram a discussão e revelaram padrões e lacunas. Foram observados: (i) tipo de regime (parlamentarista ou presidencialista), (ii) país ou região de foco, (iii) unidade de análise (presidente, primeiro-ministro, gabinete ou órgão), (iv) nível de análise (nacional, subnacional ou comparado), (v) referencial teórico, (vi) funções atribuídas ao CdG (coordenação, monitoramento, articulação, planejamento etc.), (vii) forma de estruturação institucional (estrutura formal, função transversal ou rede de atores) e (viii) tipo de contribuição (conceitual, normativa, empírica ou aplicada).

Embora essas variáveis não tenham sido quantificadas sistematicamente, sua observação permitiu construir uma leitura da produção científica sobre Centros de Governo, respeitando a diversidade de enfoques e contextos analisados. O Quadro 1, abaixo, apresenta a sistematização da estratégia metodológica adotada na revisão, conforme diretrizes de rigor metodológico em revisões sistemáticas.

Quadro 2 – Quadro síntese da estratégia metodológica da revisão sistemática

Elemento	Descrição adotada neste estudo
----------	--------------------------------

Objetivo da revisão	Mapear o estado da arte da literatura sobre Centros de Governo, comparando abordagens desenvolvidas em contextos parlamentaristas e presidencialistas.
Protocolo adotado	Protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), adaptado às ciências sociais.
Fontes de dados	Bases de dados Web of Science (788 registros) e SciELO (52 registros), totalizando 840 documentos iniciais.
Palavras-chave utilizadas	Centre of Government, Core Executive, Institutional Presidency, Presidential Center, Executive Governance, Gabinete do Presidente, Centro de Governo, etc.
Critérios de inclusão	Trabalhos que abordam o Centro de Governo como objeto principal (conceitual, normativo, descritivo ou empírico); publicações em artigos, livros, capítulos e anais.
Critérios de exclusão	Trabalhos que tratam genericamente do Executivo sem mencionar ou analisar diretamente o CdG; documentos duplicados ou sem acesso completo.
Etapas do processo de seleção	Leitura de títulos e resumos → exclusão de duplicatas → leitura parcial/integral → aplicação de critérios de elegibilidade → seleção final (67 estudos).
Variáveis observadas	Tipo de sistema político; país/região de foco; unidade de análise; nível de análise; referencial teórico; funções atribuídas ao CdG; estrutura institucional observada; tipo de contribuição (conceitual, normativa, empírica, aplicada).
Número final de estudos analisados	67 estudos, dos quais 38 com maior rigor metodológico e aderência temática foram analisados em profundidade.

V. Produções no contexto europeu: *Core Executive*

O estudo do *Core Executive* surgiu para compreender o funcionamento interno do Executivo em sistemas parlamentaristas, especialmente no Reino Unido, e tornou-se referência global na análise de Centros de Governo.

Na abordagem do *Core Executive*, foram encontrados 16 trabalhos, distribuídos entre artigos em revistas qualis A1 e A2, capítulos de livros e livros, voltados ao modelo britânico ou a países oriundos de sistemas parlamentaristas. A publicação seminal do artigo de Dunleavy e Rhodes (1990), baseada em análise teórica e revisão da literatura institucionalista, propõe novas abordagens mais funcionais e realistas para o estudo do Centro de Governo e traz uma reflexão sobre os estudos institucionalistas a respeito do grau de compartilhamento do processo decisório entre os ministros e o primeiro-ministro. Nesse sentido, definem o Centro de Governo como “organizations and structures which primarily serve to pull together and integrate central government policies, or act as final arbiters” (Dunleavy e Rhodes, 1990, p. 4).

Rhodes (1995) destacou que nem toda a estrutura do gabinete integra o CdG. Essa análise abriu caminho para as perspectivas estrutural e funcional do conceito. Dessa forma, é necessário olhar tanto para a estrutura de gabinete quanto para as atribuições das unidades para delimitar o Centro de Governo de uma determinada gestão. Desde então, as evidências têm apontado para o CdG como um conjunto de estruturas dinâmicas e variáveis a depender da estratégia a ser adotada pelo Chefe de Governo.

Estudos posteriores (Smith, 1999; Marsh, Richards & Smith, 2000; Rhodes, 2007; Elgie, 2011) reforçaram a visão dinâmica do CdG: para os autores, o poder é fluido, contingente e relacional, o que diferencia o *Core Executive* de análises focadas apenas na figura do chefe de governo.

Por exemplo, Smith (1999), Marsh, Richards & Smith (2000) e Rhodes (2007) ampliaram a análise do CdG ao mostrar que o poder é relacional e interdependente entre múltiplos atores. Elgie (2011), a partir do neoinstitucionalismo, reforçou que as estruturas formais e os atores/indivíduos são igualmente determinantes para analisar a capacidade de poder, destacando a importância de entrevistas e estudos empíricos na perspectiva funcional, caminho seguido por Cavalcante e Gomide (2018) no Brasil.

Além das discussões epistemológicas, os autores da corrente do *Core Executive* realizaram estudos empíricos comparados a respeito de diversos países do mundo, como Canadá, Alemanha, Japão, Espanha e Grécia, baseados em análise documental e entrevistas

com autoridades políticas e burocráticas (Nielsen, 2023; Brodie, 2018; Askim *et. al.*, 2017; Eichbaum & Shaw, 2014; Hart & Wille, 2006).

Além disso, Peters, Rhodes e Wright (2000), reuniram estudos de caso do CdG de 12 países, adotando abordagem qualitativa: entrevistas em profundidade e análise documental comparativa. Utilizaram, além daqueles países mencionados acima, a Dinamarca, Itália e Suécia como países tradicionalmente parlamentaristas em sua análise. Consideraram, também, o Reino Unido, o Canadá e a Austrália como países próximos ao sistema de Westminster, e França e EUA no contexto presidencialista. Os resultados apontam para o crescimento estrutural em torno dos chefes de governo: gabinetes passaram a concentrar funções como a definição da agenda legislativa e nomeações para cargos relevantes. Os autores sugerem ampliar estudos comparados e investigar relações Executivo–Legislativo.

Os demais autores do *Core Executive* se dedicam a estudar a governança do Centro de Governo. Rhodes e Salomonsen (2021), em um estudo de caso sobre a Dinamarca que reuniu 22 entrevistas semiestruturadas com ministros e secretários permanentes do CdG, analisam a “política de corte” como prática relacional na administração pública de alto escalão. A política de corte diz respeito a crenças e práticas dos atores políticos de alto e baixo escalão, como uma analogia a uma corte real. No caso dinamarquês, essa política explica diferentes dinâmicas que envolvem a confiança no governo, a politização do gabinete e o apoio político de modo geral. Além disso, os autores demonstram que conceitos cunhados na perspectiva do *Core Executive* são úteis para explicar tanto os arranjos institucionais dos sistemas parlamentaristas mais próximos de Westminster quanto dos sistemas parlamentaristas de consenso.

Corbett, Veenendaal e Connell (2021) avaliam a importância da coordenação política para a governança do CdG a partir de 112 entrevistas com profundidade realizadas com integrantes do alto escalão de 6 países pequenos: Liechtenstein, Malta, São Cristóvão e Neves, Suriname, Samoa e Ilhas Salomão, utilizando abordagem comparativa sobre os desafios da governança em contextos com baixa capacidade institucional. Eles concluem que, mais importante do que olhar para a coordenação é observar outros desafios de governança. No caso dos países pequenos, independentemente de seu histórico colonial e consolidação das instituições internas, esses desafios podem ser: a concentração de autoridade, o clientelismo e patrocínio; e questões de capacidade institucional.

Em uma visão inovadora sobre questões de representatividade burocrática, Annesley e Gains (2010) analisaram a representatividade de gênero no serviço público britânico e

identificaram que a dinâmica de alocação de recursos e atores privam as mulheres da ocupação de postos dentro e fora do Centro de Governo. Ao mesmo tempo, as discussões que envolvem a inclusão de minorias em espaços políticos, segundo as autoras, devem ser prioridade dentro do CdG. Elas fazem referência à centralidade do CdG na condução da agenda política, logo, se é prioritário aumentar a capacidade representativa de minorias dentro dos governos, o próprio Centro de Governo deve adotar mecanismos de inclusão e representação.

A literatura europeia sobre Centros de Governo se desenvolveu, sobretudo, no contexto parlamentarista britânico, tendo como marco inicial a formulação do conceito de Core Executive. No anexo A, sintetizamos as principais produções acadêmicas desse contexto, que apresentaram: (i) alto número de citações; (ii) contribuição direta para a construção conceitual do Core Executive; (iii) papel de referência teórica e empírica na análise de estruturas centrais do Executivo em sistemas parlamentaristas; e (iv) uso de abordagens metodológicas já consolidadas.

VI. Produções no contexto americano: *Presidential Center*

Em relação à abordagem do *Presidential Center*, foram encontrados 12 trabalhos entre artigos em revistas e livros acadêmicos. O marco é o livro de Neustadt (1960) denominado *Presidential Power*, que analisou Roosevelt, Truman e Eisenhower, a partir de revisão documental e entrevistas semiestruturadas com ex-consultores presidenciais, além da análise do discurso, para mostrar como variáveis pessoais (valores e reputação) moldam a capacidade presidencial de persuadir a burocracia. A obra inaugurou o debate sobre estilos presidenciais (formalista, colegiado e competitivo).

O próprio autor e a literatura alertam para possíveis limitações dada a simplificação dos tipos de estilos, apresentados no quadro 3, e como aplicá-los:

Quadro 3 – Estilos presidenciais segundo Johnson (1974)

Estilos	Características
Formalista (hierárquico)	Estabelece procedimentos sistemáticos e racionais para a tomada de decisão de forma hierárquica.
Colegiado	Mantém uma relação horizontal com os subordinados, com um ambiente que permite maior fluxo de informações e resolução conjunta

	dos problemas.
Competitivo	Interage bilateralmente com as pastas de modo que promove competição entre elas à medida que coloca posições divergentes para dialogarem entre si.

Fonte: Johnson (1974). Elaborado pelos autores.

Nessa vertente, o estudo recente de Araya (2020) correlacionou traços psicométricos com índices de aprovação sobre presidentes do ocidente (1945–2012), mostrando a utilidade de variáveis psicológicas como preditoras no estudo do Presidential Center. Conclui, então, que adicionar esse elemento permite uma compreensão mais profunda sobre a aprovação presidencial e permitirá modernizar o campo de estudo das elites políticas.

Em relação ao processo decisório, Moe (1985), a partir de uma revisão teórica, introduz o conceito de presidência institucional em contraponto à visão de Neustadt (1960) de que o presidente, com suas características individuais, teria capacidade de conduzir o processo decisório com base na persuasão. A presidência institucional é um conjunto de incentivos formais que levam o presidente à tomada de decisões negociadas em uma dicotomia “politização” *versus* “centralização”, sendo a politização uma aproximação das preferências da Presidência com a coalizão e uma tentativa de controle sobre a burocracia estatal, e a centralização, uma concentração de atribuições nas unidades ligadas ao presidente, podendo ou não expandir a quantidade de unidades do CdG vinculados ao presidente no aspecto formal.

Para Moe (1985), a centralização, entendida como poder presidencial, tende a aumentar com a politização crescente, sendo a politização uma expansão da coalizão governista, com mais unidades passando a compor o CdG. A centralização, nesse caso, seria uma estratégia do presidente de concentrar alguns processos decisórios em si e não compartilhá-los com membros da coalizão. No entanto, na literatura, também há uma corrente que defende a relação de substituição entre uma e outra estratégia, considerando que o presidente pode adotá-las em diferentes momentos conforme for mais conveniente, especialmente no que concerne à formulação de políticas.

Rudalevige e Lewis (2005) corroboram essa visão em uma análise de 321 propostas presidenciais (1957–1996), combinando indicadores de politização (percentual de nomeações políticas por departamento, obtido no “Plum Book”) e centralização (índice 0–3 de envolvimento do EOP). Aplicaram modelos de probit ordenado para testar a hipótese de

substituição entre as duas estratégias. No governo de Bush, houve um aumento da politização no segundo ano de mandato presidencial e diminuição simultânea da centralização, sugerindo que o presidente leva tempo para organizar a burocracia e implementar suas preferências políticas. Além disso, há situações nas quais a centralização é uma estratégia temporária para a implementação da politização, mas, à medida que o mandato avança, a politização diminui novamente e o presidente retorna à estratégia da centralização.

Sobre a composição das equipes da Casa Branca, Walcott e Hult (1987) afirmam que os estudos focados em estilos e objetivos presidenciais negligenciam as organizações. Dessa forma, analisam a capacidade presidencial sob a perspectiva da teoria das organizações e argumentam que essas questões afetam a governança presidencial dentro e fora da Casa Branca. Walcott e Hult (1987) adotam uma abordagem histórico-descritiva para traçar a evolução organizacional da Casa Branca, observando variações estruturais sob diferentes presidentes e argumentando que a organização do *Executive Office of the President* (EOP) afeta a governança presidencial. Eles enfatizam fatores como hierarquia e especialização como determinantes para avaliar o grau de institucionalização da presidência, sem, no entanto, recorrer diretamente a modelos causais como o de Rudalevige e Lewis (2005).

Posteriormente, Hult (2003) e Hult e Walcott (2009) analisam o perfil dos integrantes das equipes da Casa Branca ao combinar análise documental de relatórios presidenciais com entrevistas qualitativas e estatísticas descritivas de perfis ocupacionais, inaugurando uma abordagem mista para explorar a institucionalização do staff e suas implicações para o CdG. Os autores enfatizam o aspecto organizacional, inaugurando uma nova abordagem que relaciona o tamanho do staff presidencial com a sua institucionalização. Lewis (2008), por outro lado, argumenta que esse aumento do staff não necessariamente indica maior capacidade técnica do CdG para conduzir determinados temas.

Lewis (2008) busca compreender não apenas por que e quando ocorre o fenômeno da politização, como também em quais unidades ocorre e quais os efeitos associados utilizando uma série de abordagens metodológicas, como análise histórica, estudos de caso, entrevistas com profundidade e análises quantitativas. A politização, segundo o autor, tende a ocorrer no início de uma nova administração presidencial, especialmente nos primeiros anos do mandato, quando há um esforço concentrado em alinhar a burocracia às prioridades do novo governo. Lewis mostra que presidentes recém-eleitos têm incentivos para nomear aliados políticos rapidamente a fim de assegurar o controle sobre a agenda executiva.

Mesmo no processo de evitação da politização de pastas importantes, um exemplo da dificuldade em expandir e aprimorar a capacidade técnica do CdG é explorado no trabalho de Moynihan e Roberts (2010). Os autores realizaram um estudo de caso sobre a presidência de George W. Bush e a sua estratégia de politização da presidência durante o processo de resposta ao furacão Katrina, marcado pela priorização da lealdade frente à competência na seleção de pessoas para ocupar cargos chave do gabinete. Como resultado, de acordo com os autores, essa estratégia enfraqueceu a presidência institucional e, por consequência, a agenda política do presidente.

As discussões sobre as equipes da Casa Branca continuam em alta. Cohen e Hult (2020) avaliaram o papel dos chefes de gabinete durante o mandato de Donald Trump, mostrando uma tendência de controle do presidente frente às atribuições dos chefes de gabinete. O presidente rejeitou as assistências de transição do governo Obama e, inicialmente, não aceitou ceder autoridade suficiente a Reince Priebus, o chefe de gabinete que não possuía as ferramentas necessárias para desempenhar seu papel. O chefe de gabinete seguinte, John Kelly, teve de lidar com uma agenda presidencial conflitante ao mesmo tempo em que precisava orientar um presidente imprevisível e indisciplinado, segundo os autores. Mick Mulvaney, por outro lado, desviou-se dos assuntos administrativos e focou na agenda regulatória e doméstica em suas atribuições.

Posteriormente, Cohen e Hult (2021) exploraram a atuação do último chefe de gabinete de Trump, Mark Meadows. Os autores demonstram, com esses estudos, algo que a literatura corrente do CdG sinaliza sobre as diferentes formas de atuação de uma mesma unidade sob um mesmo governo. Nesse caso, os diferentes chefes de gabinete sob o mesmo presidente possuíam diferentes atividades e resultados no gabinete.

No caso americano, a literatura se consolidou na análise da presidência enquanto unidade moldada a partir de diferentes estratégias adotadas pelos presidentes frente à centralização do processo decisório. No anexo B, apresentamos os principais trabalhos identificados na revisão. Os estudos desta seção compartilham as seguintes características em comum: (i) desenvolveram conceitos-chave relacionados à organização interna do Executivo; (ii) exploraram, empírica ou teoricamente, as funções da Casa Branca na condução da agenda política do presidente; e (iii) aplicam abordagens metodológicas relevantes, como análises históricas, comparativas e quantitativas. O quadro contempla desde clássicos fundacionais até contribuições recentes que debatem sobre o poder presidencial nos Estados Unidos.

VII. O estado da arte na América Latina

Na América Latina, os estudos sobre CdG são recentes, em grande parte impulsionados por organismos multilaterais (BID, OCDE). Nas bases de dados, identificamos 2 livros e 8 artigos. Diferente da dicotomia “Core Executive vs. Presidential Center”, a literatura regional foca nos vínculos entre coalizão, ideologia e escopo programático com os resultados organizacionais do CdG (centralização e formalização), modulados por capacidade burocrática e regras orçamentárias.

O estudo pioneiro é de Bonvecchi & Scartascini (2011), que mostrou como presidentes latinos são assessorados por conselheiros diretos, muitas vezes sem vínculo departamental, localizados no escritório presidencial. Alessandro, Lafuente & Santiso (2013a) ampliaram a definição de CdG como instituições que apoiam o Executivo em coordenação, planejamento, monitoramento e comunicação, favorecendo abordagens funcionais e comparações inter-regionais. Do ponto de vista metodológico, essa definição “expandida” implica operacionalizações a partir da abordagem funcional (monitoramento, articulação, planejamento), favorecendo estudos de processo (process tracing, entrevistas, análise documental) e indicadores de desempenho.

As pesquisas sobre o Executivo latino têm focado mais em agenda presidencial e relações com o Legislativo do que diretamente no CdG. Ainda assim, a dinâmica de coalizão é central para entender seu papel, sobretudo nas políticas prioritárias. Inácio & Llanos (2015), em estudo comparado Brasil–Argentina, mostraram que a diversidade ideológica da coalizão aumenta custos de coordenação e leva à expansão do CdG. O principal achado é que uma maior diversidade ideológica de partidos na base, no caso de arranjos multipartidários, impacta de forma significativa o tamanho do gabinete presidencial. Metodologicamente, o estudo mostra como é possível a realização de testes de efeitos causais com variáveis de composição da coalizão e medidas de tamanho/escopo do CdG.

No ano seguinte, Inácio e Llanos (2016) realizaram um estudo quantitativo e comparado sobre os Centros de Governo em seis países da América Latina: Brasil, Argentina, Uruguai, México, Paraguai e Colômbia entre 1984 e 2013, utilizando a regressão de Poisson para analisar os fatores que influenciam o tamanho e a composição das estruturas presidenciais. Concluem que há uma associação significativa entre o grau de fragmentação da coalizão governista e a ampliação do CdG, sugerindo que presidentes enfrentando maior complexidade na coordenação política tendem a expandir o CdG como estratégia de gestão e controle. O estudo

avança na construção de um referencial teórico-metodológico para analisar comparativamente a presidência institucional em regimes presidencialistas da região.

Lanzaro (2016) demonstrou que o Uruguai contrasta com o Brasil e o Chile, cujos casos demonstram um crescimento e expansão do CdG em função das amplas coalizões, pois, no caso uruguaio, mesmo quando houve governos de coalizão entre 1990 e 2005, a estrutura do gabinete era reduzida e havia pouca capacidade institucional para centralizar as decisões. Dessa forma, em diferentes contextos de coalizões, fortes ou fracas, a coordenação política ficou a cargo do presidente, seguida de alguns ministros. A questão ideológica aparece como evidência das pautas defendidas pelos presidentes na condução das políticas, como no caso do governo de José Mujica, que priorizou uma agenda social de habitação para a população mais carente, uma pauta pessoal do presidente.

Em outra abordagem analítica, Cavalcante e Gomide (2018) organizaram um livro que reúne artigos exploratórios e analíticos sobre o CdG dos governos de FHC a Dilma 1. Para Cavalcante (2018), a nomenclatura cunhada é Núcleo de Governo e se trata de instituições que prestam apoio direto ao Chefe do Poder Executivo, sejam elas instituições formais ou informais, e lidam com o funcionamento, com a coordenação de políticas e com o direcionamento estratégico do país em diferentes governos. No livro organizado, há trabalhos de cunho descritivo, mas também de cunho explicativo, isto é, que buscam testar hipóteses.

Um importante trabalho no contexto colombiano é o de Mejía-Guinand *et. al.* (2018), que analisa o grau de institucionalização do CdG e destacam que governos entrantes buscam e são incentivados a alterar as estruturas da presidência para lidar melhor com as suas agendas conforme seus interesses. Um achado relevante deste trabalho é que os autores demonstram indícios de que a expansão do CdG está ligada à proporção de ministros ligados a partidos diferentes daqueles do presidente, sugerindo que diferenças ideológicas ou de agenda podem afetar a estrutura do Centro de Governo, tal como Inácio e Llanos (2015) identificaram.

Adentrando ao aspecto ideológico do presidente, Vieira (2017) encontrou o seguinte fenômeno: o tamanho do CdG sofre impactos com o extremismo ideológico à esquerda e à direita, isto é, quanto mais distante o presidente está da mediana dos partidos da coalizão ideologicamente, mais o centro de governo permanece centralizado no presidente e maior a tendência do presidente em criar órgãos ligados diretamente à presidência. Outro aspecto que influencia o tamanho do CdG também está relacionado à entrada e saída de novos governos.

Cavalcante e Gomide (2020) investigam a relação da ideologia do presidente e da coalizão com o tamanho do CdG entre 1995 e 2014. Embora não expliquem se existe maior centralização do processo decisório no CdG, mostram que uma coalizão mais diversa ideologicamente gera um aumento no número de ministérios e de unidades integrantes do CdG. Esse aumento, além de explicado pela diversidade ideológica da coalizão, também se deve à complexidade da capacidade coordenativa de políticas pelos governos.

Em 2021, Guedes-Neto (2021) demonstra, por meio de uma abordagem de trajetória histórica, como os desenhos do CdG de 27 países da América Latina se desenvolveram. Segundo o autor, as agências não tendem à cooperação e o CdG seria uma forma de organizar o governo de forma que as unidades passam a cooperar. O autor constrói uma tipologia com 5 dimensões e 15 tipos ideais que ajudarão pesquisadores em trabalhos futuros sobre o CdG a entender por que determinadas estruturas são adotadas em cada país.

Embora não esteja classificado no qualis da CAPES, apenas a título de menção, o trabalho mais recente mapeado é de Curto (2023) que compara os Centros Presidenciais da Argentina, do Brasil e do Uruguai. O autor reafirma o enfoque dado ao contexto americano pela literatura e questiona o problema da expansão do tamanho do CdG. Com uma abordagem teórica estrutural restrita e utilizando um modelo de regressão de dados em painel, o autor responde a essa pergunta demonstrando que os presidentes respondem às situações de incerteza política e crises econômicas por meio da modificação do Centro de Governo.

Conforme mencionado acima, os organismos internacionais frequentemente publicam estudos e sugerem soluções ao Centro de Governo de diversos países. No caso do Brasil, a OCDE (2022) publicou recentemente uma revisão do Centro de Governo brasileiro com um diagnóstico das capacidades e recomendações de melhorias. Esse documento traz informações importantes sobre o que o organismo internacional mapeou sobre as condições do CdG brasileiro à época em que o documento foi produzido e traz recomendações de melhorias a serem atingidas como requisitos parciais para a adesão oficial do país ao organismo.

Ainda, Shostak et. al. (2023) publicaram uma revisitação ao CdG para aprimorar o conceito dessa unidade e se baseia nas mudanças históricas, institucionais, políticas e econômicas dos países latinos. O CdG é organizado em 3 níveis concêntricos na presidência, sendo o primeiro o apoio direto ao presidente; o segundo, alguns ministérios e unidades de comunicação, relacionamento com o legislativo e coordenação subnacional; e o terceiro, contextos mais específicos, como regulação, reforma da administração e outras unidades.

Finalmente, no anexo C, reunimos as principais publicações sobre o tema no contexto latino. Na América Latina, a literatura é mais recente e tem buscado adaptar os referenciais existentes às especificidades dos regimes presidencialistas da região. O quadro em anexo reflete o esforço recente da academia latino-americana em construir uma base conceitual própria, sensível às condições políticas e institucionais da região.

VIII. Modelos analíticos de Centro de Governo

De forma geral, embora com diferenças na nomenclatura, a literatura classifica os Centros de Governo com base em dois modelos analíticos predominantes: o modelo estrutural, que diz respeito à análise exclusivamente voltada à estrutura formal da presidência/gabinete, e o modelo funcional, que analisa as funções desempenhadas por órgãos do Executivo independentemente da sua posição formal na hierarquia (Moe, 1985; Rhodes, 1995). Alessandro, Lafuente e Santiso (2013a) também trazem essas perspectivas à tona para apontar uma sistemática de classificação similar, classificando a primeira abordagem como estreita e a segunda, como expandida.

Essa distinção não é apenas descritiva, mas permite a formulação de hipóteses testáveis sobre centralização decisória, controle de políticas públicas e capacidade de coordenação governamental, como já visto em trabalhos analíticos como o de Vieira (2018) e Inácio e Llanos (2015; 2016).

Segundo Cavalcante e Batista (2018), delimitar os modelos de CdG é essencial para construir uma tipologia analítica que possibilite conceituar e estabelecer critérios de mensuração do objeto. Esses autores aproximam o modelo estrutural de uma abordagem institucionalista clássica, ao passo que o aspecto funcional permite analisar o CdG sob a perspectiva da administração pública e da análise de políticas públicas.

O aspecto da institucionalização e expansão dessa estrutura também está relacionado à composição do CdG estrutural ou funcional. Sobre a expansão do CdG, existem diferentes abordagens em relação aos motivos que levam à expansão ou retração das unidades. No entanto, os principais resultados e avanços de fato explicativos vêm da perspectiva estreita de CdG. Isso porque, nessa perspectiva, torna-se mais fácil a proposição e o teste de hipóteses. Na perspectiva estreita, por ter foco em analisar o papel do CdG no contexto da administração pública, os trabalhos tendem a ser mais descritivos.

Além disso, na perspectiva estreita, o grau de institucionalização e expansão do CdG pode ser analisado com base em três eixos analíticos: (i) o número e escopo das unidades que compõem o centro; (ii) o grau de especialização funcional (assessoria, coordenação, formulação); e (iii) a proximidade com o núcleo decisório presidencial. Tais eixos permitem a construção de indicadores empíricos sobre capacidade de coordenação.

Outra dimensão metodológica relevante é a distinção entre aspectos de *jure* (formais) e de *facto* (práticos), conforme propõem Cavalcante e Batista (2018). Ainda no trabalho de Cavalcante e Batista (2018), os autores colocam que, para analisar o papel das instituições no CdG a partir dessa separação, deve-se realizar uma análise documental para identificar aspectos formais (*de jure*) e um mapeamento de interações para identificar aspectos informais não necessariamente documentados ou institucionalizados (*de facto*).

A análise empírica do caso brasileiro, a partir de Inácio (2018), fornece uma aplicação concreta desses modelos. A autora classifica os arranjos institucionais conforme a centralização da formulação e coordenação de políticas, construindo uma tipologia com quatro modelos: gabinete, gabinete centralizado na presidência, presidência hipertrofiada e ministério dominante. A tipologia permite operacionalizar variáveis como concentração de poder decisório, fluxo de informações e controle orçamentário, servindo como base para estudos comparativos. Dessa forma, para ela, os modelos predominantes de centro de governo no Brasil são:

Quadro 4 – Modelos de Presidência Institucional

		Coordenação do gabinete	
		Descentralizada	Centralizada
Processo de <i>policymaking</i>	Compartilhado	Gabinete	Gabinete centralizado na Presidência
	Concentrado	Ministério dominante	Presidência hipertrofiada

Fonte: Inácio (2018). Elaboração e tradução própria.

O modelo do Gabinete prevê coordenação parcialmente centralizada na presidência, com formulação de políticas compartilhada com os ministérios. No Gabinete centralizado na Presidência, a coordenação é concentrada no presidente e as políticas, embora discutidas nos ministérios, ficam sob controle presidencial. No modelo da Presidência hipertrofiada, tanto a

coordenação quanto a formulação concentram-se em estruturas da Presidência, com expansão organizacional. Já o Ministério dominante se caracteriza pela delegação de competências decisórias e de formulação aos ministérios.

Segundo Inácio (2018), no Brasil, desde o governo Figueiredo até Dilma, não foi observada a presença do modelo de Ministério dominante. No caso de Lula e Dilma, houve também uma expansão considerável no tamanho tanto do CdG quanto na quantidade dos ministérios, fruto do que a autora considera processos da coalizão e antecipação de riscos relacionados à coordenação das políticas, com os presidentes buscando autonomia e capacidade de manejar a estrutura presidencial conforme seus interesses e sem criar uma burocracia rígida no CdG.

Pela perspectiva estrutural restrita, trabalhos como o de Vieira (2017) e Inácio e Llanos (2015; 2016) atingiram uma dimensão explicativa e analítica sobre a estratégia de centralização por parte do chefe do executivo frente a um gabinete multipartidário como costuma ser o caso brasileiro. Isso se dá pela capacidade de controle das variáveis explicativas que essa abordagem permite. Nesse caso, as abordagens funcionais trazem conhecimento mais profundo sobre casos específicos de determinados governos, como é trazido no trabalho de Cavalcante e Batista (2018) para os governos FHC a Dilma 1.

Portanto, estudos como os de Vieira (2017) e Inácio e Llanos (2015; 2016) operam explicitamente na chave analítica estrutural, ao passo que abordagens mais funcionais, como as de Cavalcante e Batista (2018), se associam a técnicas qualitativas, como reconstrução processual, e, quando necessário, recorrem à análise estatística descritiva quando utilizam dados sobre as interações presidenciais contidos na agenda oficial.

A distinção entre modelos não é meramente descritiva: ela define caminhos metodológicos distintos. Abordagens estruturais, com foco na arquitetura formal e *de jure* dos Centros de Governo, favorecem inferências de maior generalização e comparabilidade, especialmente em estudos quantitativos de largo escopo (Inácio & Llanos, 2015, 2016; Vieira, 2017). Já abordagens funcionais permitem a reconstrução de mecanismos de coordenação e formulação mais próximos das práticas e rotinas governamentais (Cavalcante & Batista, 2018).

Embora este trabalho não proponha uma nova tipologia, ele sistematiza os efeitos analíticos desses modelos e apresenta como distintas escolhas conceituais impactam os indicadores utilizados, as hipóteses testadas e os recortes institucionais analisados. Assim, mais do que reproduzir a dicotomia Europa-América Latina, explicitamos os limites e as

potencialidades de cada abordagem, servindo como uma base para futuras estratégias de estudos comparados.

VIII. Considerações finais

Este trabalho buscou investigar o estado da arte das produções acadêmicas do Centro de Governo ao redor do mundo. Observou-se que essa é uma temática amplamente explorada na Europa e nos EUA. No contexto americano, tem sido explorado por três perspectivas: o estilo presidencial, o processo decisório e a composição dos gabinetes da Casa Branca e seus impactos na agenda presidencial.

No contexto europeu, as produções possuem um foco direcionado aos diferentes papéis desempenhados pelo gabinete do primeiro-ministro. A abordagem do *Core Executive* pode ser resumida pela busca por explicações do funcionamento da coordenação de políticas públicas pelo gabinete do primeiro-ministro e como esse gabinete se relaciona com as unidades, com a burocracia e com a política.

Do ponto de vista temporal, observamos que os estudos europeus se consolidam desde a década de 1990 com o conceito de *Core Executive*, enquanto os trabalhos sobre contextos latino-americanos ganham densidade apenas a partir de 2010. Isso indica uma difusão tardia dos modelos teóricos e metodológicos para países da região. Além disso, há uma transição de estudos conceituais para abordagens mais empíricas nas últimas duas décadas, especialmente nos contextos anglófonos.

Na América Latina, alguns dos trabalhos avançaram na perspectiva analítica, mas a maior parte das publicações, especialmente em livros, concentra um foco descritivo, elemento importante para o avanço conceitual do tema na região. Apesar do volume de trabalhos propostos pelos organismos internacionais, uma agenda de pesquisa em aberto é analisar a dicotomia entre o que se propõe por parte desses organismos, em termos prescritivos de um modelo ideal de CdG, e o que a literatura encontra de evidência sobre as dinâmicas do Centro de Governo.

Por fim, destacamos duas agendas de pesquisa ainda em aberto sobre a Presidência Institucional: (i) avaliar o impacto do estilo presidencial sobre o CdG e as políticas públicas, comparando diferentes gestões de uma mesma política; e (ii) avançar em estudos analíticos, superando a predominância descritiva da perspectiva estrutural, de modo a formular hipóteses testáveis e aprofundar a abordagem funcional do cotidiano das unidades.

Declaração de contribuição dos autores

Todas as etapas de produção deste artigo foram produzidas pelos autores.

Declaração de conflito de interesse

Não há.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados estão contidos no manuscrito.

Financiamento

Não há.

Evelyn Apolinaria (apolinariaevelyn@gmail.com) é mestra e doutoranda em Ciência Política pela UnB, gerente de estudos e pesquisas quantitativas do IPEDF Codeplan e professora do departamento de Ciência Política da Faculdade Republicana.

Arnaldo Mauerberg Junior (arnaldo.mauerberg@unb.br) é doutor em Administração Pública e Governo pela FGV e professor do Instituto de Ciência Política da UnB.

Referências

Alessandro, M.; Lafuente, M.; Santiso, C. (2013a) *The role of the Center of Government: a literature review*. Washington D.C.: Interamerican Development Bank, Technical Note, n. 581. Disponível em: <<https://webimages.iadb.org/publications/english/document/The-Role-of-the-Center-of-Government-A-Literature-Review.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

Alessandro, M.; Lafuente, M.; Santiso, C. (2013b) *El fortalecimiento del Centro de Gobierno en América Latina y el Caribe*. Washington D.C.: Interamerican Development Bank, Technical Note, n. 591. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/publications/spanish/viewer/El-fortalecimiento-del-Centro-de-Gobierno-en-América-Latina-y-el-Caribe.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

Annesley, C.; Gains, F. (2010) The Core Executive: Gender, Power and Change. *Political Studies*, 58(5), pp. 909-929.

Araya, I. (2020) The Personalities of Presidents as Independent Variables. *Political Psychology*, 42(4), pp. 695-712.

Askim, J.; Karlsen, R.; Kollveit, K. (2017) Political appointees in executive government: Exploring and explaining roles using a large-N survey in Norway. *Public Administration*, 95(2), pp. 342-358.

Bonvecchi, Alejandro; Scartascini, Carlos. (2011) *The Presidency and the Executive Branch in Latin America: What We Know and What We Need to Know*. Washington D.C.: Interamerican Development Bank, Paper Series n. IDB-WP-283. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/publications/english/viewer/The-Presidency-and-the-Executive-Branch-in-Latin-America-What-We-Know-and-What-We-Need-to-Know.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

Brodie, I. (2018) *At the Centre of Government: The Prime Minister and the Limits on Political Power*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

Cavalcante, P.; Gomide, A. (2020) How does the governance of the executive branch operate in democratic Brazil? An analysis of the Center of Government. *Revista de Sociologia e Política*, 28(75), pp. 1-14.

Cavalcante, P.; Batista, M. (2018) Composição e evolução do núcleo de governo no presidencialismo brasileiro. In: Cavalcante, P. & Gomide, A. (eds). *O presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pp. 59-89.

Cavalcante, P. (2018) Núcleo, Centro de Governo, Centro Presidencial, Alto Governo: várias nomenclaturas e uma questão principal. In: Cavalcante, P. & Gomide, A. (eds). *O presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pp. 27-58.

Cavalcante, P. & Gomide, A. (eds). *O presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Cohen, D.; Hult, K. (2021) Enabling POTUS: Mark Meadows as Donald Trump's Last Chief of Staff. *Presidential Studies Quarterly*, 51(4), pp. 740-762.

_____. (2020) Contemporary Presidency The Office of the Chief of Staff in the Trump White House, 2017–2019. *Presidential Studies Quarterly*, 50(2), pp. 392-417.

Corbett, J.; Veenendaal, W.; Connell, J. (2021) The Core Executive and small states: Is coordination the primary challenge? *Public Administration*, 99(1), pp. 103-117.

Curto, R. (2023) Los Centros Presidenciales de Argentina, Brasil y Uruguay en perspectiva comparada (1983-2019). *Revista Sociedad Argentina de Análisis Político*, 17(2), pp. 333-360.

Dunleavy, P.; Rhodes, R. A. W. (1990). Core Executive Studies in Britain. *Public Administration*, 68(1), pp. 3-28.

Eichbaum, C.; Shaw, R. (2011) Political Staff in Executive Government: Conceptualising and Mapping Roles within the Core Executive. *Australian Journal of Political Science*, 46(4), pp. 583-600.

Elgie, R. (2011) Core Executive studies two decades on. *Public Administration*, 89(1), pp. 64-77.

Fawcett, P.; Gay, O. (2005) *The Centre of Government: no. 10, the Cabinet Office and HM Treasury*. London: House of Commons Library.

Guedes-Neto, J. V. (2021) Mapeando o centro de governo na América Latina e Caribe: uma tipologia. *Revista de Administração Pública*, 55(5), pp. 1101–1123.

Hart, P.; Wille, A. (2006) Ministers and top officials in the dutch Core Executive: Living together, growing apart?. *Public Administration*, 84(1), pp. 121-146.

Hult, K. (2003) The Bush White House in comparative perspective. In: Greenstein, F. I. (ed.). *The George W. Bush presidency: an early assessment*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Hult, K.; Walcott, C. (2009) Influences on presidential decision making. In: Edwards, G. C. & Howell, W. G. (eds). *The Oxford handbook of the american presidency*. Oxford: Oxford University Press.

Inácio, M. (2018) Centro presidencial en Brasil. In: Lanzaro, J. (ed.). *Centro Presidencial: presidencias y centros de gobierno en América Latina, Estados Unidos y Europa*. Madrid: Tecnos, pp. 115–156.

Inácio, M.; Llanos, M. (2015) The Institutional Presidency from a Comparative Perspective: Argentina and Brazil since the 1980s. *Brazilian Political Science Review*, 9(1), pp. 39–64.

_____. (2016) The Institutional Presidency in Latin America: A Comparative Analysis. *Presidential Studies Quarterly*, 46(3), pp. 531–549.

Johnson, R. (1974). *Managing the White House: an intimate study of the Presidency*. New York: Harper & Row.

Lanzaro, J. (2016) El Centro Presidencial en Uruguay: 2005-2015. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, 25(2), pp. 121-142.

_____. (ed.). (2018) *Centro Presidencial: presidencias y centros de gobierno en América Latina, Estados Unidos y Europa*. Madrid: Tecnos.

Lewis, D. (2008) *The politics of presidential appointments: political control and bureaucratic performance*. Princeton: Princeton University Press.

Marsh, D.; Richards, D.; Smith, M. (2000) Re-assessing the Role of Departmental Cabinet Ministers. *Public Administration*, 78(2), pp. 305-326.

Mejía-Guinand, L. B.; Botero, F.; Solano, A. (2018) Agency Loss and the Strategic Redesign of the Presidential Office in Colombia. *Latin American Politics and Society*, 60(3), pp. 96–118.

Moe, T. (1985) The politicized presidency. In: Chubb, J. & Peterson, P. *The New Direction in American Politics*. Washington: Brookings Institutional Press.

Moynihan, D.; Roberts, A. (2010) The Triumph of Loyalty Over Competence: The Bush Administration and the Exhaustion of the Politicized Presidency. *Public Administration*, 70(4), pp. 572-581.

Neustadt, R. (1960) *Presidential Power*. New York: John Wiley Sons.

Nielsen, P. (2023) Control from the core? The impact of cabinet committees on ministers' legislative activity. *European Political Science Review*, 16(2), pp. 281-297.

OCDE. (2022) *Revisão do Governo Digital do Brasil: Rumo à Transformação Digital do Setor Público*. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<https://www.oecd.org/governance/revisao-do-centro-de-governo-do-brasil-1c2cc7cd-pt.htm>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

Page, M. et. al. (2022) A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 31(2), pp. 1-20. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>.

Peters, G.; Rhodes, R. A. W.; Wright, V. (2000) *Administering the summit: administration of the Core Executive in developed countries*. New York: Palgrave MacMillan.

Relyea, H. (2008) The executive office of the president: an historical overview. Washington: Congressional Research Service.

Rhodes, R. A. W.; Salomonsen, H. (2021) Duopoly, court politics and the Danish Core Executive. *Public Administration*, 99(1), pp. 72-86.

Rhodes, R. A. W. (2007) Understanding governance: ten years on. *Organization Studies*, 28(8), pp. 1243-1264.

_____. (1995) From prime ministerial power to Core Executive. In: Rhodes, R. A. W. & Dunleavy, P. *Prime minister, cabinet and Core Executive*. New York: Palgrave MacMillan, pp. 11-37.

Rhodes, R. A. W.; Dunleavy, P. (1995) *Prime minister, cabinet and Core Executive*. New York: Palgrave MacMillan, 1995.

Rudalevige, A.; Lewis, D. (2005) Parsing the politicized presidency: Centralization and Politicization as Presidential Strategies for Bureaucratic Control. In: Annual Meeting of the American Political Science Association, 101. Washington D.C.

Shostak, R.; Alessandro, M.; Diamond, P.; Mosquera, E.; Lafuente, M. (2023) *The Center of Government, Revisited: A Decade of Global Reforms*. Washington: IDB, 2023. (IDB Monograph; 1113). Washington D.C.: Interamerican Development Bank, Monograph n. 1113. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publications/english/viewer/The-Center-of-Government-Revisited-A-Decade-of-Global-Reforms.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

SMITH, M. J. (1999) *The Core Executive in Britain*. New York: St. Martin's Press.

Vieira, M. (2017) Composição do Gabinete e a Criação de Burocracias Públicas Centralizadas na Presidência da República no Brasil. *Dados*, 60(1), pp. 111–144.

Walcott, C.; Hult, K. M. (1987) Organizing the White House: structure, environment, and organizational governance. *American Journal of Political Science*, 31(1), pp. 109-125.

ANEXO A

Quadro 5 - Síntese das principais produções acadêmicas no contexto europeu

Autoria	Tipo de publicação	Contribuição e abordagem	Citações
Dunleavy, P.; Rhodes, R. (1990)	Artigo – Public Administration (A1)	Introdução do conceito de Core Executive; abordagem funcional para analisar a coordenação no governo britânico; método qualitativo e institucionalista.	467
Dunleavy, P.; Rhodes, R. (1995)	Livro – Palgrave MacMillan	Expansão do conceito de Core Executive, destacando critérios funcionais; foco em estudos de caso e análise da governança executiva.	354
Rhodes (1995)	Capítulo de livro – Palgrave MacMillan	Discute os papéis do Core Executive, o que se desdobra em contribuições sobre as abordagens estrutural e funcional.	293
Smith, M. (1999)	Livro – St. Martin’s Press	Discussão sobre redes de políticas e estruturas de governança; abordagem analítica aplicada ao sistema parlamentarista britânico.	518

Peters, G.; Rhodes, R.; Wright, V. (2000)	Livro – Palgrave MacMillan	Obra coletiva que compara estilos de coordenação executiva em países europeus; abordagem qualitativa e comparada.	217
Marsh, D.; Richards, D.; Smith, M.J. (2000)	Artigo – Public Administration (A1)	Análise das relações entre ministérios e atores centrais do Executivo no Reino Unido; estudo de caso com base documental e teórica.	97
Hart e Wille (2006)	Artigo – Public Administration (A1)	Discute as relações e atribuições do Core Executive e dos burocratas a partir de 100 entrevistas com profundidade no contexto da Holanda.	135
Rhodes, R. (2007)	Artigo – Organization Studies (A1)	Revisita o papel do primeiro-ministro com base em observação etnográfica; ênfase na cultura organizacional do núcleo de governo.	2.489
Annesley, C.; Gains, F. (2010)	Artigo - <i>Political Studies</i> (A1)	Analisa a representatividade de gênero no CdG.	184
Elgie, R. (2011)	Artigo – Public Administration (A1)	Discussão teórica sobre modelos de liderança executiva na Europa; análise tipológica com base em sistemas parlamentaristas	175
Eichbaum e Shaw (2011)	Australian Journal of Political Science (A2)	A partir de uma pesquisa com dados primários de assessores ministeriais, buscam conceituar e mapear as funções do Core Executive.	71
Askim <i>et. al.</i> (2017)	Artigo - Public Administration (A1)	Explora a nomeação de membros e suas respectivas atribuições para o Core Executive a partir de um large-N survey.	104

Brodie, I. (2018)	Livro – McGill-Queen’s University Press	Estudo comparado sobre capacidades centrais de decisão em sistemas parlamentares; foco em formulação de políticas.	43
Corbett, J.; Veenendaal, W.; Connell, J. (2021)	Artigo – Public Administration (A1)	Análise do poder executivo em pequenos Estados insulares europeus; abordagem empírica qualitativa.	27
Rhodes, R.; Salomonsen, H. (2021)	Artigo – Public Administration (A1)	Estudo comparado sobre os estilos de liderança em gabinetes ministeriais na Dinamarca e no Reino Unido durante a Covid-19; método qualitativo.	28
Nielsen, P. (2023)	Artigo – European Political Science Review (A1)	Discussão sobre accountability e governança em sistemas parlamentares europeus; abordagem normativa e institucional.	3

Fonte: elaborado pelos autores.

ANEXO B

Quadro 6 - Síntese das principais produções acadêmicas no contexto americano

Autoria	Tipo de publicação	Contribuição e abordagem	Citações
Neustadt, R. (1960)	Livro – John Wiley & Sons	Introdução do conceito de "Presidential Power"; análise do poder presidencial como capacidade de persuadir; abordagem qualitativa e teórica.	4.504
Johnson, R. (1974)	Livro – Harper & Row	Estudo sobre a organização interna da presidência dos EUA; foco na estrutura e funcionamento do Executivo; abordagem histórica e institucional.	357

Moe, T. (1985)	Livro – Brookings Institution Press	Análise da presidência como instituição política; discussão sobre a centralização do poder executivo; abordagem teórica e institucional.	1.252
Walcott, C.; Hult, K. (1987)	Artigo – American Journal of Political Science (A1)	Estudo sobre a estrutura organizacional da Casa Branca; análise das funções do chefe de gabinete; abordagem empírica e qualitativa.	57
Hult (2003)	Capítulo de livro – Johns Hopkins University Press	Análise comparativa do arranjo institucional da Casa Branca de George W. Bush em relação a outros presidentes norte-americanos. O objetivo é entender em que medida Bush manteve ou alterou padrões institucionais no Executive Office of the President (EOP).	31
Rudalevige, A.; Lewis, D. (2005)	Apresentação – Annual Meeting da APSA	Discussão sobre a politização da presidência; análise das estratégias de centralização do poder executivo; abordagem empírica quantitativa.	54
Lewis (2008)	Livro - Princeton University Press	O livro examina como e por que presidentes nos Estados Unidos usam nomeações políticas e como essas nomeações afetam o desempenho das agências burocráticas.	1260
Hult, K.; Walcott, C. (2009)	Capítulo de livro – Oxford University Press	Análise da evolução institucional da presidência; estudo sobre a profissionalização da Casa Branca; abordagem histórica e institucional.	7
Moynihan, D.; Roberts, R. (2010)	Artigo – Public Administration (A1)	Estudo sobre a burocracia presidencial; análise das reformas administrativas; abordagem empírica quantitativa.	164
Araya (2020)	Artigo - Political Psychology (A1)	Retoma os debates sobre os efeitos do estilo presidencial na presidência institucional (Presidential Center). Propõe um modelo quantitativo de psicometria diferencial.	22

Cohen, D.; Hult, K. (2020)	Artigo – Presidential Studies Quarterly (A2)	Análise da atuação do chefe de gabinete na presidência de Trump; estudo de caso com enfoque organizacional; abordagem qualitativa.	8
Cohen, D.; Hult, K. (2021)	Artigo – Presidential Studies Quarterly (A2)	Estudo sobre a evolução do papel do chefe de gabinete; análise comparativa entre administrações; abordagem histórica e institucional.	1

Fonte: elaborado pelos autores.

ANEXO C

Quadro 7 - Síntese das principais produções acadêmicas no contexto latino

Autoria	Tipo de publicação	Contribuição e abordagem	Citações
Bonvecchi, A.; Scartascini, C. (2011)	Artigo – Latin American Politics and Society (A2)	Análise do papel da presidência e do executivo na América Latina; propõe uma agenda de pesquisa sobre a organização do executivo.	36
Inácio, M.; Llanos, M. (2015)	Artigo – Brazilian Political Science Review (A1)	Estudo sobre a presidência institucional na Argentina e no Brasil desde os anos 1980; foco na evolução e estrutura do executivo. Abordagem quantitativa e comparada.	57
Lanzaro, J. (2016)	Artigo – Revista Uruguaya de Ciencia Política (A2)	Análise do centro presidencial no Uruguai entre 2005 e 2015; abordagem histórica e institucional.	7
Inácio, M.; Llanos, M. (2016)	Artigo – Presidential Studies Quarterly (A1)	Análise comparativa da presidência institucional na América Latina em 6 países; abordagem quantitativa.	51

Vieira (2017)	Artigo – Dados (A1)	Estudo sobre a composição do gabinete e a criação de burocracias públicas centralizadas na presidência do Brasil; abordagem quantitativa.	11
Mejía-Guinand, L.B.; Botero, F.; Solano, A. (2018)	Artigo – Latin American Politics and Society (A2)	Estudo sobre a reestruturação estratégica do gabinete presidencial na Colômbia; análise de perda de agência e redesenho institucional a partir de uma abordagem quantitativa.	12
Cavalcante, P.; Gomide, A. (2018)	Livro – IPEA	Discussão sobre o núcleo de governo no Brasil; análise da coordenação do poder executivo e das capacidades estatais. Estudos, em sua maioria, exploratórios e descritivos.	26
Lanzaro, J. (2018)	Livro – Editorial Tecnos	Obra coletiva sobre presidências e centros de governo na América Latina, EUA e Europa; análise comparativa quali e quantitativa.	11
Cavalcante, P.; Gomide, A. (2020)	Artigo – Revista de Sociologia e Política (A1)	Análise da governança do executivo no Brasil democrático; estudo empírico de cunho quantitativo descritivo sobre o centro de governo.	0
Guedes-Neto, J. (2021)	Artigo – Revista de Administração Pública (A2)	Mapeamento do centro de governo na América Latina e Caribe; abordagem qualitativa que propõe tipologia de classificação.	2

Fonte: elaborado pelos autores.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.